



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT Especial

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E POLÍTICA DE INFORMAÇÃO COM VISTAS A UMA
BIBLIOTECA INCLUSIVA¹**

***INFORMATION POLICY AND INFORMATION COMPETENCE WITH A VIEW TO AN INCLUSIVE
LIBRARY***

Aurea Celeste Pires de Souza – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Adriana Rosecler Alcará – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Terezinha Elisabeth da Silva – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Câmara dos
Deputados

Modalidade: Resumo expandido

Resumo: A competência em informação permite que o indivíduo, ciente das Políticas de Informação, busque acessibilidade informacional e conheça seus direitos, assim, é importante que os ambientes informacionais garantam essa inclusão social. Objetivou-se verificar como essas temáticas estão sendo tratadas conjuntamente na literatura brasileira. O estudo é bibliográfico, de caráter exploratório, com abordagem quantitativa. O número reduzido de documentos recuperados denota carência de pesquisas dessas temáticas com olhar para a biblioteca inclusiva. Dentre os assuntos abordados nas pesquisas selecionadas, observou-se uma preocupação em estruturar as políticas de informação para o desenvolvimento da competência em informação por meio de programas e indicadores; inclusão digital e tecnológica, entre outros.

Palavras-chave: política de informação; regime de informação; competência em informação; biblioteca inclusiva.

Abstract: Information literacy allows individuals, who are aware of Information Policies, to seek information accessibility and know their rights. Therefore, it is important that information environments guarantee this social inclusion. The objective was to verify how these themes are being addressed together in Brazilian literature. The study is bibliographic, exploratory in nature, with a quantitative approach. The small number of documents retrieved indicates a lack of research on these themes with an eye on inclusive libraries. Among the subjects addressed in the selected studies, a concern was observed in structuring information policies for the development of information literacy through programs and indicators; digital and technological inclusion, among others.

Keywords: information policy; information regime; information literacy; inclusive library.

¹ Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação, como área de estudo, tem em seu bojo a preocupação com os processos informacionais que envolvem diversas atividades como, tratamento, organização, seleção e disseminação da informação. Esses procedimentos são desenvolvidos em ambientes informacionais, por profissionais da informação, com o propósito de proporcionar o acesso à informação às pessoas e propiciar o conhecimento. Muitas são as vertentes de estudos da Ciência da Informação para abarcar a complexidade e multiplicidade da informação, dentre as quais destacam-se as pesquisas acerca da Política de Informação e Competência em Informação.

Esta importância se dá na Política de Informação pela preocupação com a normatização e estabelecimento de regras para a organização da sociedade em relação à informação, pois, conforme Silva e Pinheiro (2012, p. 87), “Percebe-se que, quando se fala em política de informação, estão presentes as noções de diretrizes, leis, metas, conjunto de regras, normas e regulação”. Quanto à competência em informação, porque “[...] é importante que as pessoas possam conhecer como o conhecimento está organizado, como buscar a informação, como utilizá-la de modo inteligente e como proceder ao processo de comunicação do conhecimento gerado” (Belluzzo; Feres, 2007, p. 83). Os conhecimentos, as habilidades, as atitudes e os valores que constituem a competência em informação contribuem para que o indivíduo esteja orientado à acessibilidade informacional independentemente de sua condição física, intelectual, política ou social e tenha ciência de seus direitos por meio das Políticas de Informação. Para tanto, entende-se que os ambientes informacionais precisam garantir essa inclusão em relação ao acesso e uso da informação.

Ademais, os cidadãos têm o direito,

[...] de exigirem do Estado os meios que propiciem a efetivação daquelas atividades que lhes assegurarão o melhor usufruto possível dos bens, serviços e prerrogativas compatíveis com o grau de desenvolvimento da sociedade. [Também] é o dever do Estado em atender às reivindicações e direitos dos cidadãos de forma justa e equitativa (Lemos, 1990, p. 4).

Assim, a partir dessas considerações, o presente ensaio tem como objetivo verificar quantitativamente como essas temáticas estão sendo tratadas em conjunto na literatura brasileira da Ciência da Informação. Na sequência serão apresentadas sucintamente as bases conceituais da Política de Informação, competência em informação e bibliotecas inclusivas, seguindo-se os procedimentos metodológicos, análises dos resultados e considerações finais.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO PARA BIBLIOTECA INCLUSIVA

A **competência em informação** traduzida do termo original *information literacy*, foi proposta em relatório no ano de 1974, por Paul Zurkowski, que indicava a necessidade de um programa nacional de bibliotecas e serviços de informação voltado ao ensino de competências informacionais de técnica e uso de equipamentos, para que as pessoas fossem capazes de resolver problemas de acesso à informação, tendo o objetivo de alcançar a alfabetização universal da informação em dez anos (Zurkowski, 1974).

Desde então, surgiram diversas definições, dentre as quais, ganhou destaque, a da *American Library Association (ALA)* em 1989. Sendo uma das mais citadas na literatura científica, afirma que, para uma pessoa ser competente em informação deve ser capaz de saber em que momento a informação é necessária, saber localizar, avaliar e usar de forma efetiva a informação. Também direciona ao aprender a aprender ao longo da vida.

Essa definição foi atualizada pela *Association of College & Research Libraries (ACRL)* em 2016, que apresenta a competência em informação como um grupo de habilidades incorporadas que abarca o reconhecimento reflexivo da informação, “[...] a compreensão de como informações são produzidas e valorizadas, e o uso de informações na criação de novos conhecimentos e na participação ética em comunidades de aprendizagem” (ACRL, 2016, p. 8, tradução nossa). O documento direciona para a necessidade de envolvimento comportamental, afetivo, cognitivo e metacognitivo, que conduz a autorreflexão avaliativa.

A partir do ano 2000 a competência em informação ganhou destaque em eventos nacionais e internacionais, nos quais manifestos e declarações foram apresentados, conforme alguns mencionados no Quadro 1:

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Quadro 1 – Declarações e manifestos da competência em informação²

Documento	Objeto do documento
Declaração de Alexandria (2005)	Declara a competência em informação e o aprendizado ao longo da vida como os faróis da Sociedade da Informação.
Declaração de Maceió (2011)	Destaca a formação para o desenvolvimento de habilidades para acessar, usar, avaliar e comunicar a informação ao longo da vida.
Manifesto de Florianópolis (2013)	Competência em informação como condicionante ao desenvolvimento social, cultural e econômico, devendo ser voltada às populações vulneráveis, por meio de políticas públicas.
Carta de Marília (2014)	Refere-se à necessidade de compartilhamento de experiências de profissionais da informação, sob o viés das redes de conhecimento colaborativo.
Manifesto Político sobre a Competência em Informação (2022)	Apresenta o bibliotecário como profissional “luz”, que tem função educadora, mediadora e social, para promover o desenvolvimento do indivíduo e o uso responsável de informações.

Fonte: As autoras (2024).

Esses documentos colocam em evidência a necessidade de políticas públicas e governamentais que garantam a competência em informação ao cidadão, por meio dos aparatos informacionais, para que este seja capaz de buscar e acessar a informação.

Quanto à **Política de Informação**, a palavra política tem origem no grego *politiké*, que significa a arte de governar a cidade ou Pólis (cidade-Estado grega) (Política, 2024). E a informação segundo a perspectiva “[...] global moderna mais geral, mudou de um cosmos ordenado divinamente para um sistema governado pelo movimento de [partículas]. Sob a tutela do empirismo, a informação gradualmente moveu-se da intelectual para os impulsos sensoriais” (Capurro; Hjørland, 2007, p. 159).

Sinteticamente, Silva e Pinheiro (2012, p. 87) apresentam o conceito de Política de Informação como um “[...] conjunto de ações e/ou regras para obtenção e/ou direção/produção/divulgação e fluxo de informação, no formato hoje apresentado, esta pode ser entendida como planos, programas e projetos de ações ou empreendimentos públicos na área da informação”. Para as autoras, o Regime de Informação amplia o entendimento em relação à Política de Informação, porque o termo não é restritivo ou fluido, mas direciona à “[...] complexidade do jogo político no ambiente da informação” (Silva; Pinheiro, 2012, p. 88).

² Instituições associativas e científicas responsáveis: Declaração de Alexandria (2005) - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA); Declaração de Maceió (2011) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Universidade de Brasília (UnB) e Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB); Manifesto de Florianópolis (2013) - FEBAB; IBICT; UnB e Universidade Estadual Paulista (UNESP); Carta de Marília (2014) – UNESP; UnB E IBICT; Manifesto Político sobre a Competência em Informação (2022) – Grupo de Trabalho – Competência em Informação da FEBAB.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Silva e Pinheiro (2012, p. 89), embasadas em González de Gomes (2008), Carvalho e Pinheiro (2008) e Unger e Freire (2008), descrevem como elementos do Regime de Informação:

a) estoques de informação; b) políticas que direcionam os conteúdos informacionais; c) seres humanos (identificação, relacionamentos em redes formais e informais) e suas necessidades informacionais; d) ambiente social que mantém os estoques de informação e que possibilita sua utilização; e) serviços, mecanismos e instrumentos formais e informais de compartilhamento da informação; f) meios físicos que permitem o compartilhamento da informação; g) vocabulário comum; h) valores e metas; i) transparência.

Desta forma, a partir desses elementos é possível fundamentar as políticas de informação servindo como baliza.

Em se tratando de **biblioteca inclusiva**, especialmente o último manifesto, indicado no quadro 1, apresenta o perfil do bibliotecário competente em informação que possui: reconhecimento dos contextos culturais, sociais, educacionais, políticos e econômicos de seus usuários; engajamento político e informacional, formulando políticas públicas que buscam o fortalecimento do livro e da leitura; entendimento de que a justiça social e informacional envolve equidade em informação e acessibilidade; consciência do dever de propiciar mudanças que alcancem efetivamente as populações vulneráveis (Manifesto [...], 2022). No que tange à biblioteca, o Manifesto da Biblioteca Multicultural da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Manifesto [...], 2024, p. 2) indica que esta “[...] deve ter uma política e um plano estratégico, definindo a sua missão, objetivos, prioridades e serviços relacionados com a diversidade cultural. O plano deve basear-se numa análise compreensível das necessidades do usuário e recursos adequados”.

Assim, observa-se a necessidade de diretrizes para que uma biblioteca seja de fato inclusiva, as quais demandam que o bibliotecário seja competente em informação, para buscar e avaliar as políticas adequadas em um regime informacional que garanta a inclusão e a acessibilidade dos seus usuários. No atendimento a seu público é importante que todo efetivo da biblioteca se envolva no “[...] processo sistêmico e deve contribuir para a efetivação de estratégias e ações, com vistas ao atendimento individual, coletivo ou organizacional” (Zanetti; Silva, 2012, p. 25). Ou seja, esses profissionais precisam estar orientados a tornar o lugar acolhedor, inclusivo e cultural, com atividades que propiciem a troca de saberes e acesso à informação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, com abordagem quantitativa. Para a coleta de dados, as buscas foram realizadas nas bases de dados Google Acadêmico e Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) para recuperar pesquisas com as temáticas Política de Informação, Regime de Informação, Competência em Informação e bibliotecas inclusivas. Sem recorte temporal, as publicações referentes ao ano de 2024 foram consideradas até o mês de maio de 2024. Foram utilizados como estratégia de busca no Google Acadêmico: ("regime de informação" OR "política de informação") AND ("competência em informação OR "competência informacional" OR "*information literacy*") AND biblioteca AND inclusão. Para o BRAPCI utilizou-se os termos política de informação ou regime de informação combinado aos termos competência em informação ou competência informacional ou letramento informacional ou *information literacy* ou CoInfo, juntando-se ainda as combinações do termo biblioteca inclusiva, com o uso do operador booleano AND para as conexões.

Usou-se como critério de inclusão: trabalho completo; artigo, tese, dissertação, capítulo de livro; texto completo disponível em PDF; termo de busca contidos nos campos título, palavras-chave e/ou resumo; termos similares ao termo buscado. Ex.: regime de informação = sistema de informação; competência em informação = habilidades informacionais; inclusão = acessibilidade. Como critério de exclusão: Não ser trabalho completo, exemplo: resumos; relatórios, manuais, trabalhos de conclusão de curso de graduação; texto não disponível ou com link quebrado; texto duplicado; não conter os termos de busca e/ou similares nos campos definidos.

Como o buscador da plataforma BRAPCI não aceita a estratégia completa, foi realizada uma busca para cada estratégia que resultou em 27 textos. Destes, após a observância dos critérios de exclusão, foram selecionados três. Para as buscas na base do Google Acadêmico, após a observação dos 185 textos recuperados nas 10 páginas de resultados, foram selecionados 11 textos. Ao todo foram identificados 14 materiais nas duas bases de dados. Observa-se que cada plataforma possui especificidades de busca, o que requer adequação das estratégias utilizadas.

Após a seleção e avaliação, os textos foram ordenados, organizados e compilados, tomando-se como base o objetivo do presente estudo. Além dos dados referenciais dos textos selecionados, foram apresentados figura e gráfico para análise dos resultados em relação ao

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

referencial teórico e uma breve descrição do conteúdo/perspectiva abordada nos textos analisados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No processo da pesquisa bibliográfica notou-se que o número de estudos se tornou sensivelmente reduzido ao se juntar à estratégia de busca o termo “biblioteca inclusiva”. Essa escassez justifica a importância de pesquisas nessas temáticas voltadas à inclusão informacional, para atender a demanda emergente da sociedade, principalmente, aos socialmente mais suscetíveis à vulnerabilidade, como a questão da acessibilidade para as pessoas com deficiência física, por exemplo. Por essa razão, no momento da seleção, além de biblioteca inclusiva, considerou-se o ambiente informacional. O Quadro 2 apresenta as referências dos documentos selecionados por ordem de data.

Quadro 2 – Referências dos documentos selecionados

Referência por ordem de data
KERR-PINHEIRO, Marta Macedo. Observatório da inclusão digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)</i> , 8., 2007, Salvador, Anais [...] . Salvador: ANCIB, 2007.
MARQUES, Lilian Emanuelli; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. A Cúpula Mundial sobre a sociedade da informação - CMSI: foco nas políticas de informação. Informação & Sociedade , João Pessoa, v. 23, n. 1, 2013.
SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; FREIRE, Isa Maria; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de. Regime de informação do programa um computador por aluno. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia , João Pessoa, v. 8, n. 1, 2013.
SILVA NETO, Carlos Eugênio da. Competências em informação para inclusão digital : os professores da educação básica na Sociedade em Rede. 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
ALMEIDA, Jobson Louis Santos de. A Biblioteca como Organização Aprendente : o desenvolvimento de competências em informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
SILVA, Maria Margarete da. Gestão do atendimento educacional especializado : estudo das competências em informação para a inclusão social no contexto das organizações aprendentes. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
SILVA, Rafaela Carolina da; OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki; YAFUSHI, Cristiana Aparecida Portero. A competência em informação e midiática voltada à cidadania: o uso da informação governamental para a participação na democracia. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação , Campinas, SP, v. 15, n. 3, p. 604–628, 2017.
MUNGUAMBE, Rosa Manuela Teixeira Pinto; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A competência informacional dos técnicos da biblioteca central da Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique no uso das tecnologias digitais de informação e comunicação. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia , João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 57-76, 2017.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

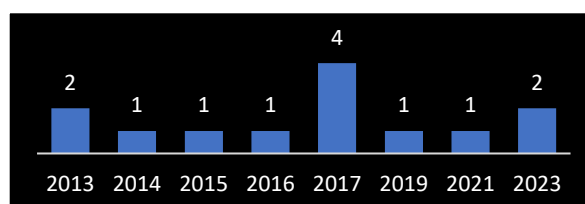
Referência por ordem de data
TEIXEIRA, Lilian Aguiar; BRITO, Tânia Regina de; DORNELES, Jaziel Vasconcelos; MARQUES, Rogério Ferreira. Políticas de inclusão de acessibilidade para a promoção da competência em informação: um olhar para a biblioteca central da UFMS. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 13, p. 331–352, 2017.
SILVA, Maria Margarete da; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a educação escolarizada de surdos à luz da competência em informação. Informação & Sociedade ; João Pessoa, v. 27, n. 1, 2017.
SILVA, Arlene Ferreira da. Proposta de um programa para desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas universitárias para estudantes . 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) - Centro de Ciências Humanas da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
SILVA, Arlete Ferreira da; SPUDEIT, Daniela. A oferta de serviços informacionais acessíveis para pessoas cegas em bibliotecas universitárias. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , Bela Vista São Paulo, v. 17, p. 1–27, 2021.
BRITO, Tânia Regina de. Competência em informação e pessoas em situação de rua: um estudo de caso em bibliotecas públicas de Campo Grande (MS) . 2023. 426 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.
VITORINO, Elizete Vieira; JOHANN, Andréia Letícia. Indicadores para a avaliação da Competência em Informação: possibilidades para políticas públicas, com foco na justiça informacional. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação , Brasília, DF, v. 16, n. 3, p. 717–735, 2023.

Fonte: Resultado de pesquisa (2024).

Como não foi feito o recorte temporal, observa-se que o primeiro trabalho publicado ocorreu em 2007 e foi o único referente a eventos, apresentado no GT 5 – Política e Economia da Informação do VIII Enancib. Conforme já mencionado, não significa que os temas de Política de Informação e competência em informação já não estivessem sendo discutidos e sim, que esse olhar para a vulnerabilidade social está mais pujante recentemente. Ademais, a competência em informação teve as suas primeiras publicações no Brasil a partir dos anos 2000 (Belluzzo, 2001; Caregnato, 2000; Dudziak, 2001; Hatschbach, 2002; Campello, 2003). Portanto, essa primeira década foi de consolidação teórica.

No período de 2008 a 2012 não foram recuperados estudos, conforme a estratégia estabelecida. Novas pesquisas só foram encontradas a partir de 2013, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de publicações por ano



Fonte: Resultado de pesquisa (2024).

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

A partir de 2013, apesar do baixo número de publicações, nota-se uma consistência, com destaque em 2017. Possivelmente, em virtude de fomento de pesquisa, com trabalhos desenvolvidos nos anos anteriores, como, por exemplo, as dissertações de Silva Neto (2014), Almeida (2015) e Silva (2016). Este resultado evidencia a importância de que esses estudos sejam comunicados também em encontros, uma vez que são oportunidades de se colocar em pauta, para reflexão, os temas ali propostos.

Mais um elemento que se faz notar é o número de publicações por Região: oito na Região Nordeste; quatro, na Região Sudeste e uma publicação para as Regiões Centro-Oeste e Sul. Evidencia-se que a maioria das publicações se concentra na Região Nordeste, mais especificamente em João Pessoa, na Paraíba, com três publicações na revista Informação & Sociedade; duas, no periódico Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia; três dissertações na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na intenção de entender melhor a produção díspar desta Região, observou-se que entre os grupos de pesquisa vinculados ao Programa de Pós-Graduação da UFPB integram dois, cujos líderes estão entre os autores relacionados nas pesquisas, são eles: Gustavo Henrique Araújo Freire e Isa Maria Freire, líderes dos grupos Epistemologia e Políticas de Informação; e Informação e Inclusão Social. Este, entre as suas linhas de pesquisa apresenta gestão de competência em informação; identidade cultural e inclusão digital; e Ética, Gestão e Políticas de Informação (Grupos [...], 2024), temas que vão ao encontro das temáticas desta pesquisa. Sendo este, um possível indicativo da concentração dos resultados na Região Nordeste.

Na Região Centro-Oeste consta uma publicação na Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, em Brasília. No Sudeste, uma tese na Universidade Estadual Paulista em Marília, São Paulo e um artigo na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo. Na Região Sul, recuperou-se uma dissertação na Universidade de Santa Catarina, em Florianópolis.

Não houve discrepância nas autorias ou um autor que tenha se destacado mais. Arlete Ferreira da Silva está na autoria de dois trabalhos, assim como Gustavo Henrique de Araújo Freire, Maria Margarete da Silva, Marta Macedo Kerr Pinheiro e Tânia Regina de Brito. Os demais 16 autores estão na autoria de uma pesquisa.

Na Figura 1 estão representadas as palavras-chave das pesquisas.

Freire, 2017; Silva, 2019; Silva; Spudeit, 2021). Total de quatro estudos que equivale a 29% das 14 pesquisas.

Com relação ao levantamento de literatura abordado nesta pesquisa, ao inserir na estratégia de busca a inclusão e/ou acessibilidade, evidencia-se a escassez. No entanto, é importante mencionar que as temáticas da Política de Informação / Regime de Informação e competência em informação, já estão sendo tratadas de forma complementar por alguns autores nacionais, como Gustavo Henrique de Araújo Freire e Rosa Manuela Teixeira Pinto Munguambe, mencionados nesta pesquisa. Vale destacar que estes dois pesquisadores são autores do livro *Política, regime e competências em informação: o sistema de biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane (SIBUEM) – Moçambique (2020)*, da Editora da Universidade Federal de Pernambuco. Talvez esse seja um indício do fomento das pesquisas nessas temáticas em Pernambuco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teve o propósito de fazer uma abordagem inicial, buscando pesquisas que relacionassem a Política de Informação / Regime de Informação e a competência em informação, tendo em vista a biblioteca inclusiva. Em razão do ínfimo número recuperado, sabendo que essas duas temáticas vêm sendo pesquisadas complementarmente, infere-se que há carência de pesquisas com este olhar específico. Para pesquisas futuras sugere-se ampliar a estratégia para o texto completo e não apenas ao título, palavras-chave e resumo. Escolher mais bases de dados, como as remetidas pelo Portal de Periódicos da CAPES, entre as quais: *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e *Web of Science*, por exemplo, e fazer as análises com abordagem qualitativa para aprofundar as temáticas nessa visão.

As tendências dos assuntos das pesquisas selecionadas indicam, de forma geral, uma preocupação em estruturar as políticas de informação para o desenvolvimento da competência em informação por meio de programas e indicadores; olhar voltado à inclusão digital e tecnológica e, entre as pessoas mais passíveis de vulnerabilidade na acessibilidade informacional destaca-se as pessoas cegas e as surdas. Desta forma, é possível notar esforços no sentido de garantir a inclusão e acesso à informação.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION [ALA]. **Presential committe on information literacy**: final report. Chicago: ALA, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 29 maio 2024.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago: ALA, 2016.
- BELLUZZO, R. C. B. A information literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na Sociedade da Informação: uma questão de educação. *In*: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DA UNESP, 7., 2001, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: UNESP, 2001.
- BELLUZZO, R. C. B. O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação. **Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2007.
- CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, p. 148-207, 2007.
- CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000.
- CARTA de Marília sobre cenários e tendências da Competência em Informação. Marília: [s.n.], 2014.
- DECLARAÇÃO de Alexandria sobre alfabetização informacional e a aprendizagem ao longo da vida: Faróis para a Sociedade da Informação, 2005.
- DECLARAÇÃO de Maceió sobre a competência em informação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Sistema de Informação, Muticulturalidade e Inclusão Social, 24., 2011, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: Febab, 2011.
- DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo: USP, 2001.
- GRUPOS de pesquisa vinculados ao PPGCI/UFPB. João Pessoa: UFPB, 2024. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/secao_extra.jsf?lc=pt_BR&id=1871&extra=176002019. Acesso em: 11 jun. 2024.
- HATSCHBACH, M. H. L. **Information literacy**: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Informação) - IBICT, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

LEMOS, A. A. B. Política de informação em ciência e tecnologia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 3-11, jul./dez. 1990.

MANIFESTO da Biblioteca Multicultural da IFLA/UNESCO. **A Biblioteca Multicultural**: uma porta de entrada para uma sociedade cultural diversificada em diálogo. Tradução IFLA. [S. l.]: IFLA/UNESCO, 2024.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minoria. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013.

MANIFESTO Político sobre Competência em Informação (CoInfo) - 2022 – Bibliotecário: Profissional Luz. São Paulo: FEBAB, 2022.

MUNGUAMBE, R. M. T. P.; FREIRE, G. H. A. **Política, regime e competência em informação**: o sistema de biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane (SIBUEM) – Moçambique. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

POLÍTICA. Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2024.

PROGRAMA de competência em informação. Campinas: SBU, 2019. Disponível em: <https://www.sbu.unicamp.br/sbu/programa-de-competencia-em-informacao/#:~:text=O%20Programa%20de%20Compet%C3%Aancia%20em,e%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20das%20fontes%20de.> Acesso em: 10 set. 2024.

SILVA, T. E.; PINHEIRO, M. M. K. Configurações contemporâneas da Política de Informação: poder, política e regime de informação. *In*: TOMAÉL, M. I. (org.). **Compartilhamento da informação**. Londrina: Eduel, 2012. p. 73-102.

VITORINO, E. V. Indicadores para a Competência em Informação no Brasil: virtudes, tendências e possibilidades. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, 2022.

ZANETTI, R. R.; SILVA, T. E. Regime de Informação: contribuições para implementação de políticas institucionais de desenvolvimento da pós-graduação stricto sensu e para atendimento à avaliação da Capes. **Informações@Profissões**, Londrina, v. 1, n. 1/2, p. 20–39, 2012.

ZURKOWSKI, P. G. **The information service environment relationships and priorities**. Washington, D.C.: National Commission on Libraries and Information Science, National Program for Library and Information Services, 1974.